

# Do Scriptorum Medieval às Comunidades Virtuais: Análise Codicológica da Regra de S. Bento do Mosteiro de Lorvão

*Sara de Carvalho*

Arquivo Municipal de Lagos  
Paços do Concelho Séc.XXI  
8600-293 Lagos  
Tel: 282771700  
E-mail: [arquivo@cm-lagos.pt](mailto:arquivo@cm-lagos.pt)

*Filomena Calhindo*

Centro de Documentação 25 de Abril  
Rua Augusta, 25, R/C Dto  
3000 Coimbra  
Tel: 239 483 036  
E-mail: [calhindo@gmail.com](mailto:calhindo@gmail.com)

## RESUMO

Partindo da descrição codicológica do manuscrito “Regra de S. Bento”, do Mosteiro de Lorvão, datado de 1546, as autoras procuram fazer uma análise multifacetada, centrando-se nas questões da visibilidade, acessibilidade e difusão do património cultural em comunidades virtuais. Este estudo reflecte sobre a construção estratégica do conhecimento na *World Wide Web* e enuncia algumas problemáticas com que o profissional de informação se depara.

## Palavras-Chave

Manuscrito, Lorvão, arquivo-virtual, acessibilidade

## ABSTRACT

Setting off with a thorough codicologic description of the “Regra de S. Bento” manuscript, which belongs to the Lorvão Monastery and dates back to 1546, the authors attempt to formulate a multifaceted analysis, centering on visibility, accessibility and cultural heritage diffusion issues in virtual communities. This study considers the strategic construction of knowledge on the World Wide Web and expresses several problematic matters, with which professionals come across.

## Keywords

Manuscript, Lorvão, virtual-file, accessibility

## INTRODUÇÃO

O Mosteiro de Lorvão, um dos mais antigos da Europa, situa-se num vale profundo, rodeado de vegetação. O edifício respira o último período áureo que viveu com o Barroco, em pleno século XVIII, mostrando ainda o seu esplendor. Das épocas mais recuadas, já poucos vestígios sobram.

Em relação à fundação do Mosteiro de Lorvão, as opiniões dos especialistas divergem considerando Cocheril ter sido, provavelmente, fundado após a conquista de Coimbra por Afonso III de Leão, em 878. (COCHERIL, 1978,191). Já Borges situa as origens do

Mosteiro em período anterior, devido à descoberta de uma “pedra de mármore com ornato visigótico, cuja datação se pode recuar ao século VI”. (BORGES, 2001, 464).

No início do século XIII, várias transformações foram sentidas com a introdução da reforma Cisterciense e a passagem a mosteiro feminino sob a influência de D. Teresa, filha de D. Sancho I.

Amplamente citado, em obras famosas da literatura Portuguesa, designadamente Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós e António Nobre, abriga um vasto espólio artístico.

A actividade do *scriptorium laurbanense* ficou célebre pela quantidade e qualidade dos seus códices e incunábulo, nomeadamente o *Livro das Aves*, de 1183, e o *Comentário ao Apocalipse*, de 1189. Estes dois códices estão actualmente na Torre do Tombo tendo sido incorporados, respectivamente, em 1853 por Alexandre Herculano e em 1879, sob a direcção de Filipe Simões.

O restante acervo do Mosteiro encontra-se hoje na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e na Biblioteca Nacional de Lisboa.

A *Regra de S. Bento* foi escrita por S. Bento de Núrsia, na Abadia de Monte Cassino, no século VI, e começou a divulgar-se após a sua destruição em 580 pelos lombardos.

A introdução da Regra na Península Ibérica está associada ao Concílio de Coiança de 1050, concretamente com a chegada dos primeiros monges de Cluny (1085-1095). Até esta data os monges ocidentais seguiam um sistema designado de *Regula Mixta*, não apresentado necessariamente um texto único. (BORGES, 2001, 77).

A primeira menção à observância beneditina, em Portugal, surge no mosteiro de Vilela, em 1086. Só em 1110 encontramos documentação referente à Regra Beneditina em Lorvão, nomeadamente no testamento de Zuleiman Raupariz. (BORGES, 2001, 82)

“A Regra Beneditina, enquanto norma, não pode considerar-se um texto intocável [...] A sua validade na vida monástica não está em ser um texto de cariz inspirado ou revelado, mas em ser um texto lido e relido, interpretado e comentado, adaptado e

actualizado”(DIAS, 2002, 10) e é neste sentido que devemos divulgá-la.

O espírito da Regra de São Bento funda a vida monástica em três mandamentos essenciais: obediência, silêncio e humildade, cuja súpula é o tradicional *ora et labora*, ainda que numa adaptação tardia.

Devido ao seu carácter pragmático e à sua flexibilidade é considerada a “Regra das Regras” pela Igreja Católica.

Os mosteiros beneditinos tornaram-se então autênticos centros culturais e desempenharam um papel decisivo na história da civilização ocidental. A sua importância é inegável, tanto para o monaquismo, como para as mentalidades de uma forma geral (DIAS, 2002,10).

A Regra suscita algumas querelas entre os estudiosos, uma vez que a sua fidelidade é questionada, por não ter sido encontrado o seu pretensu autógrafo, havendo assim suposições sobre o códice que mais se aproxima do texto original.

Hoje pensa-se que *Hatton 48 de Oxford* será o códice mais antigo, datado dos princípios do século VIII, embora o mais autorizado seja o manuscrito *Sangallensis 914* do século IX. (DIAS, 2002, 13)

## O MANUSCRITO DA REGRA DE S. BENTO DO MOSTEIRO DE LORVÃO

A data do códice em análise remonta a 1546, como podemos ler no último capítulo. Foi executado em pergaminho, supondo-se que se trata da pele de um animal adulto, sendo que, através da análise da agrupagem folicular, consideramos estar perante pele de ovino.

De uma forma geral, o suporte apresenta técnicas de preparação pouco elaboradas, encontrando-se alguns rasgões, cosidos com ponto largo e imperfeito, sendo restaurados numa fase anterior à redacção do copista. É de notar ainda vários buracos e defeitos de origem da própria pele do animal.

No que diz respeito aos restauros efectuados, podemos destacar três técnicas, temporalmente distintas: colagem de pergaminho de chapa, sobretudo nas margens, não afectando as linhas de texto; colagem de pergaminho em forma de sutura; colagem de papel na margem.

O primeiro contacto com o códice é sugestivo, mas passível de equívocos. Numa observação mais atenta e sistemática, o seu estado de conservação é preocupante: verificamos níveis de humidade generalizada com ondulação do pergaminho; algumas páginas estão quebradiças, fragilizando a articulação com a encadernação.

A tinta utilizada no manuscrito é de cor sépia, castanho escuro, não apresentando sempre a mesma tonalidade devido às paragens do copista, trocas de tinta e estado do instrumento de escrita.

O borrão e o “repasso”, embora não muito frequentes, existem em alguns momentos da obra do copista. Em determinados fólios a tinta está a desvanecer, deixando um vestígio acobreado. Outro fenómeno preocupante é a perfuração do pergaminho, devido à acidez da tinta, que se verifica em certas passagens.

Por outro lado, existem vários tipos de tintas que se distinguem pela relação que manifestam com o suporte: algumas têm uma aderência total ao suporte, como é o caso da sépia, do verde, do azul e do vermelho das rubricas. Em contrapartida, o vermelho das iniciais apresenta-se com características “esmaltadas”, com grande espessura, o que o leva a lascar com alguma

facilidade.

Importa destacar que as tintas têm uma função própria no conteúdo do códice: o vermelho é sempre a cor da rubrica, entrada de capítulo e é, igualmente, utilizada na alternância da cor das iniciais e ornamentação das capitulares.

A Regra de S. Bento era uma obra, não de devoção individual, como os Livros de Horas, mas uma obra para ser lida e explicada todos dias pela Abadessa às religiosas. Esta cerimónia deu nome à sala que, ainda hoje, se designa Sala do Capítulo do Mosteiro de Lorvão. (BORGES, 2001, 243).

Fruto deste manuseamento diário, o códice apresenta vários vestígios de pingos de cera e derrames evidentes de líquidos.

Existem rasuras e raspagens intencionais de palavras, o que nos leva a pensar no papel de um “leitor crítico” que, para além de ter feito uma leitura aprofundada da obra, a relaciona com a edição impressa de 1586. [1]

Com efeito, ressaltam-se as semelhanças entre as rasuras referidas e as encontradas na folha da edição de 1586, que se encontra colada na guarda da contracapa do manuscrito estudado.

No que diz respeito à estrutura material dos cadernos, esta obedece à seguinte sequência: um atípico, 7 quaternos, um terno, um quaterno e um bifólio.

Todos os fólios são opistógrafos, à excepção do fólio 79, não estando este escrito no verso. Não encontramos em todo o códice qualquer reclamo.

Quanto ao picotamento, este foi feito bifólio a bifólio e o instrumento utilizado é provavelmente a sovela, dada a sua irregularidade e imperfeição. O processo utilizado para a regragem das linhas de escrita foi claramente a ponta seca, salientando-se a falta de homogeneidade no número de linhas existentes na totalidade dos fólios.

Se atentarmos nos vestígios de numeração, instala-se alguma perplexidade: relacionando os símbolos com os cadernos, podemos aventar que até ao 6.º caderno se trata de um sistema de assinatura; a partir daqui o sistema não é regular, levantando-se a hipótese de no processo de guilhotinagem posterior, ter desaparecido a foliotação em falta nestes cadernos.

O texto deste códice encontra-se escrito em letra gótica librária, provavelmente executada com pena de ave biselada, especialmente angulosa e fortemente estruturada. Quanto ao esmero de execução, é uma letra relativamente cuidada. Suscita-nos dúvidas em relação à singularidade do trabalho: terá sido obra de um só copista?

O manuscrito que apresentamos não possui letras historiadas nem miniaturas ou cercaduras. O sistema de ornamentação é bastante *sui generis*, apresentando contrastes de execução flagrantes, que podem indiciar várias mãos, desde a mais amadora à mais técnica.

Os dois primeiros capítulos têm capitulares ornamentadas com motivos geométricos e vegetais, contrastando no esmero de execução.

A encadernação é, possivelmente, muito posterior à realização do códice, tendo por base os seguintes factores: este manuscrito faz parte de um conjunto de três códices, em que o estilo de encadernação é muito semelhante. Pelo que nos foi dado confirmar estes datam, respectivamente, de 1738 e 1754.

Trata-se de uma encadernação feita com dois planos de tábuas de madeira original, recoberta por veludo púrpura, com aplicações de prata recortada e gravada, ao centro e nos cantos. Ainda existe um dos fechos, inspirado numa pilastra dórica.

## DO SCRIPTORIUM MEDIEVAL ÀS COMUNIDADES VIRTUAIS

O livro manuscrito pertence, por natureza, ao domínio da heterogeneidade e convoca as mais díspares análises: da história, à hermenêutica literária, à crítica textual, à análise codicológica, bibliográfica, etc. Encerra em si um carácter único e irrepetível, evidenciando-se como fonte excepcional de riqueza patrimonial, artística, em suma, cultural.

Torna-se, pois, natural que o seu estudo e valorização recuem aos alvares do século XVI, em plena prosperidade da imprensa escrita.

Em Portugal existe uma longa tradição real dos livros que remonta a datas muito anteriores à criação, por Alvará de 29 de Fevereiro de 1796, da Real Biblioteca Pública da Corte. A própria investigação sobre a história da Biblioteca Nacional tem trazido à liça os caminhos intermitentes da Real Biblioteca Pública e os infindáveis tesouros que a constituem. (DOMINGOS, *et.al.*, 1992, 364 e sgs.).

Basta então, para compreender a dimensão do espólio invejável de códices manuscritos que Portugal detém, mencionar três exemplos: Biblioteca Nacional, Biblioteca Geral de Coimbra e Biblioteca Pública de Évora.

É sabido que o livro impresso foi encarado como o herdeiro do livro manuscrito. E se, com Gutenberg, a comunidade científica aceitou o paradigma da “Revolução” – o que se pode chamar ao que experienciamos nos nossos dias, em pleno século XXI? Poderemos corroborar que a revolução do texto electrónico é, sobretudo, uma revolução da leitura? E que “à materialidade do livro, ela substitui a imaterialidade de textos sem lugar próprio; às relações de contiguidade, estabelecidas no objecto impresso, ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à apreensão imediata da totalidade da obra, viabilizada pelo objecto que a contém, ela faz suceder a navegação de muito longo curso, por arquipélagos textuais sem orlas nem limites”? (CHARTIER, 1994, 190).

Assumindo uma postura de reposicionamento, são as próprias estruturas do “livro” e do “documento” que se vêem questionadas e abaladas no mundo pós-moderno da *Web*. Diríamos mesmo que o contexto actual implica, não só, novas formas de leitura, novas formas de organização do escrito, como também, e sobretudo, novas formas intelectuais de construir e apreender o real. As metamorfoses ocorridas transpuseram a distância entre a leitura e a escrita, entre o autor do texto e o leitor do livro.

Que realidade é esta, o que se anuncia e quais são as suas implicações no mundo da arquivística?

Temos consciência que o homem sempre viveu instado em categorias de pertença. As ideias de arquivar, de guardar e preservar não foram, ao longo da história, actos puros de transmissão do presente, ou seja, subjaz a todos estes actos uma leitura do real e uma valoração do que deve ou pode constituir-se como memória.

A herança de significados, de contextos, de caminhos percorridos e intervenientes estabelece-se num quadro mental evolutivo e não pode apenas viver de intermitências.

Face ao imediatismo e abundância de informação na *World Wide Web*, assistimos hoje à alteração do arquétipo mental de pesquisa do conhecimento,

conduzindo ao armazenamento instantâneo de incomensuráveis conteúdos que, igualmente, e com a mesma rapidez se perdem, se não forem analisados, sintetizados, correlacionados, interpretados.

A perspectiva de um espaço infindável de armazenamento, contrasta drasticamente com o que se vivia, por exemplo, no *Scriptorium* medieval. Neste, o suporte de escrita era de custos elevados e envolvia um longo e árduo processo. Atente-se no facto de quatro fólios de pergaminho representarem, em média, um animal. O copista elaborava a regragem meticulosa dos fólios e estudava arduamente a sua arquitectura.

Ao invés do acima exposto, neste novo espaço de armazenamento sem limites, “verifica-se a tendência para arquivar tudo o que se encontra e o que se pensa ser, posteriormente, objecto de interesse: na dúvida armazenamos!, remetendo a validação crítica do conhecimento para um *a posteriori*” (SÁ, 2004,9).

## DO ARMAZENAMENTO AO ARQUIVO

Indissociável a toda a problemática do desenvolvimento tecnológico, surge uma nova leitura do universo arquivístico, no cerne da própria Ciência da Informação. É na torrente do pensamento pós-moderno que se desenham as novas possibilidades teóricas de conceitos como memória colectiva, tempo e narrativa.

Algumas teorias sociais contemporâneas, centrando a sua reflexão nas dimensões dicotómicas de tempo sincrónico e diacrónico, falharam na compreensão da complexidade do viver e pensar humanos.

A noção de memória passa, assim, a ser trabalhada numa outra dimensão de conceito operativo, permitindo a construção de pontes entre o passado e o presente. Ao revisitarem Halbwachs, um pensador de meados do Séc. XX, muitos teóricos redescobriram uma grande fonte de inspiração. Este autor estabelece a “distinção entre história, como esquematização e explanação arbitrária sobre o passado, e memória social ou colectiva, como representação do passado dentro da esfera do pensamento social.” (HALBWACHS, 1950/68, *apud* SANTOS, 2001, 164).

Uma aproximação crítica desta visão ao pensamento arquivístico poderá levar-nos a afirmar que: “os fundos de arquivo, os documentos de arquivo, os arquivos como instituições e os sistemas de arquivo contêm narrativas tácitas que têm que ser desconstruídas para compreendermos o significado dos arquivos” (KETELAAR, 2001, 131).

À visão tradicional dos arquivos, como meros repositórios de fontes históricas, e do arquivista, como guardião neutro do intemporal espólio da humanidade, será necessário contrapor uma apreensão dinâmica do real, que não se esgota em categorias estanques mas, ao invés, vive no âmago da assumpção clara que os documentos na era digital são fluidos, abertos e dinâmicos.

Intuímos pois, a necessidade de reequacionar o construtivismo que enformou a construção teórica do universo, rumo ao pensamento complexo, que não se centra nas ferramentas e instrumentalização de práticas, mas no repensar dos próprios princípios teóricos.

“Derrida escreve que qualquer interpretação do arquivo é um enriquecimento, uma extensão do arquivo. É por isso que o arquivo não está encerrado. Está aberto ao

futuro. O arquivo [...] não é apenas um abrigo do passado: é uma antecipação do futuro.” (*apud* KETELAAR, 2001, 138).

Num segundo plano, o pensamento pós-moderno obriga-nos, igualmente, a pensar se o paradigma tecnológico actual muda apenas o processo em si de arquivo ou se devemos colocar a tónica também na própria mudança do que é “arquivável”.

Pensemos como se pode arquivar partindo, lato sensu, de categorias como: “logosfera”, “efêmero”, “fragmentos dialógicos”, “hipertextualidade”.

O que mudou no *metier* do arquivista e quais são os novos desafios e possibilidades que se vislumbram?

Coexistem no percurso actual conceitos virtuais que podem conduzir a uma falsa visão dos pressupostos: a falácia do mundo *Web* está em considerar que se faz arquivo de memória, quando na realidade se está a armazenar dentro do estereótipo contraditório de identidade, como somatório de momentos efêmeros.

Daí decorre a necessidade inquestionável de deslocar o *focus* da análise do “produto” para o “processo de arquivo”. Este novo enfoque dinamiza a reflexão e traz ao debate outras tantas questões.

## ACESSIBILIDADE E DIFUSÃO DE CÓDICES EM COMUNIDADES VIRTUAIS

Muitos são, hoje em dia, os códices e incunábulo arrumados em armários ou depósitos sem a glória de outros tempos... em que tudo ou quase tudo dependia deles. O contexto mudou e agora, na “mundividência *Web*”, podem voltar a brilhar, revelando a nossa cultura e tradição.

A partilha de informação e conhecimento tornou-se cada vez mais rápida e fácil, devido às redes de comunicação digital. Os repositórios permitem armazenar acervos de informação infindáveis. Há que valorizá-los, no intuito de aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão de documentos preciosos.

Os serviços de informação têm o dever de promover a qualidade e diversidade dos recursos de informação, proporcionando espaços de partilha e aprendizagem à distância, bem como revelando os tesouros de que são guardiões.

Todo este reposicionamento vive no âmago do fenómeno de globalização. Contudo, torna-se fulcral que cada país detenha uma política cultural autêntica na sua identidade e não se deixe absorver pela quimera de uma única cultura global.

Se aceitamos tacitamente que as políticas culturais dos diferentes países assentam em três pressupostos – defender e preservar a identidade de um povo, democratizar o acesso à cultura e promover a diversidade cultural – pode o ambiente *Web* plasmar estes princípios e tornar-se o núcleo de acessibilidade e difusão de tais projectos?

Os espaços virtuais podem servir de roteiro para a promoção do nosso património – espalhado por razões históricas ancestrais e por filosofias custodiais – favorecendo a investigação e a própria salvaguarda a vários níveis.

É através da memória que adaptamos o passado, o enriquecemos, para podermos prosseguir. Em *Confissões* são identificados três tempos: “Um presente das coisas passadas, um presente das coisas presentes e um presente das coisas futuras. O presente das coisas

passadas é a memória, o presente das coisas presentes é a vida e o presente das coisas futuras é a espera”. (SANTO AGOSTINHO Livro XI, Cap.XX, *apud* MARTINS, 2009.).

Na sociedade actual a interconexão favorece uma nova metamorfose de espaço e tempo em que se questionam os “espaços de memória” nacional e transnacional.

A criação, o processamento e a transmissão da informação exigem um pensamento estratégico, que aproveite o potencial criativo deste ambiente complexo e não o resuma a “visões fugazes” de um agora.

É à luz desta interactividade que os profissionais de informação podem criar as sinergias necessárias, em posturas dialógicas com o presente, mas equacionando o futuro, na condição holística do interprete que mapeia, não só a recuperação da informação, como também, evidencia os próprios níveis de investigação e conhecimento.

A vivificação da *web* pode ser vista do nosso prisma: o utilizador da Biblioteca e dos Arquivos não se caracteriza pelo acesso passivo e acrítico, em vez disso constrói e interage com os sistemas, perpetuando o feixe de leituras do real. Essa singularidade do nosso ambiente não pode e não deve ser esquecida pois, num certo sentido, as Bibliotecas e os Arquivos sempre foram um espaço de virtualidades múltiplas.

Sistematizar e construir modelos, organizar e integrar, aprofundar níveis de conhecimento será suficiente para não nos deixarmos subsumir no labirinto informacional da pós-modernidade?

A nossa proposta é que se desloque o enfoque dos Serviços de Referência do prisma tradicional para as comunidades virtuais e plataformas colaborativas de conhecimento. Cabe ao profissional de informação “propor modelos conceptuais” destes serviços e pulular pelo espírito auto-reflexivo dentro dos grupos virtuais de investigação. (AGRASSO NETO, 2005).

O conhecimento, finito na condição temporal humana, pode assim assumir uma escala cooperativa, nunca antes sonhada. O desafio está então claramente identificado. Por um lado, há que ter a atitude pedagógica de mostrar a nossa competência no domínio informacional, na análise das próprias mutações informacionais e, por outro, colaborar na construção de plataformas colaborativas e escalonáveis de conhecimento, desenhando os perfis dos grupos de pesquisa.

Em conclusão, importa referir que as gerações futuras devem possuir o contexto daquilo que se faz no presente, pois verifica-se a existência de toda uma camada de investigação que deve ser documentada, como se de um “diário de campo” se tratasse, sob pena de a descontextualização e fragmentação dos documentos, tão temida nos arquivos, se tornar no quotidiano do ambiente *Web*.

Não basta carregar sites com conteúdos, é necessário trabalhá-los numa lógica inteligente de organização e de gestão dinâmica da recuperação da informação e da verdadeira construção de conhecimento.

Focalizando esta realidade “o papel da arquivística no mundo pós-moderno desafia todos os arquivistas a repensarem a sua teoria e prática” (COOK, 2000, 3)

## NOTAS

[1] Pela investigação levada a cabo conseguimos descobrir a edição que corresponde à página colada na

Impressa em Lisboa, com licença do supremo Conselho da Sancta Inquisição, por António Ribeiro, à custa da Congregação de Sam Bento. 1586”

KETELAAR, Eric – Tacit Narratives: The Meanings of Archives. [Em linha]. *Archival Science*. Holanda:

<http://tas.sagepub.com/cgi/content/abstract/10/2-3/163>